



ACÓRDÃO Nº2149/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11776/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Centro de Serviços Compartilhados – CSC.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Epitacio de Alencar e Silva Neto (Gestor) e Cláudia Silva Thomaz de Lima (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ana Cecilia Ortiz e Silva - OAB/AM 8387.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 756/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Centro de Serviços Compartilhados - CSC. Exercício de 2015.

Revelia. Irregularidade. Alcance por Responsabilidade Solidária. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** a Sra. **Cláudia Silva Thomaz de Lima**, com fulcro no art. 20, parágrafo 4º, da Lei Estadual nº 2.423/1996 (Lei Orgânica desta Corte de Contas);
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Comissão Geral de Licitação, exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. **Epitacio de Alencar e Silva Neto** e da Sra. **Cláudia Silva Thomaz de Lima**, que atuaram, respectivamente como Gestor e Ordenadora de Despesas da Comissão Geral de Licitação – CGL, nos termos do arts. 25 e 22, inciso III, alínea “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Resolução TCE nº 04/2002, em razão das graves ilegalidades cometidas, bem como do dano ao erário;
- 10.3. **Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** o Sr. **Epitacio de Alencar e Silva Neto** e a Sra. **Cláudia Silva Thomaz de Lima**, no valor de **R\$132.272,10** (cento e trinta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais e dez centavos), pela execução de despesas não comprovadas com Passagens e Despesas com Locomoção, e com



ACÓRDÃO Nº2149/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física), fixando **prazo de 30 (trinta)** dias para que recolham o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Epitacio de Alencar e Silva Neto**, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), face à permanência das impropriedades elencadas nos itens II e III do Parecer n. 2000/2019, fixando **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no



ACÓRDÃO Nº2149/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Aplicar Multa** à Sra. **Cláudia Silva Thomaz de Lima** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), face à permanência das impropriedades elencadas nos itens II e III do Parecer n. 2000/2019, fixando **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Recomendar** à Comissão Geral de Licitação - CGL que proceda a uma melhor aplicação de seus recursos orçamentários, bem como para que melhor planeje a disposição de seu orçamento, evitando a estagnação de dotações por ineficiência/falta de planejamento, evitando, com isso, irregularidades com a descrita no item I do aludido parecer ministerial.

Vencida a proposta de voto do Relator pela regularidade com ressalva das contas, quitação dos responsáveis e recomendação, a qual foi acompanhada pela Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

11- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de dezembro de 2022.



ACÓRDÃO Nº2149/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente e Redator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição